

O (NÃO)LUGAR DA LITERATURA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA PESQUISA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Missilene Cardoso Lima ¹
Jaquelânia Aristides Pereira ²

RESUMO

O ensino de Literatura nos anos finais do ensino fundamental tem despertado bastante debates entre os professores de Língua Portuguesa. Isso ocorre em larga medida pelo fato da Literatura não ter ganhado ainda um lugar definido no ensino da língua materna e nos livros didáticos do EF. Quando se trata de promover o letramento literário para a formação de um leitor crítico, multicultural e reflexivo, capaz de vivenciar a força humanizadora da literatura, não se tem muita definição sobre o papel da escola nessa formação. E quando se trata das literaturas de autorias indígenas, nota-se o seu apagamento constante, apesar da Lei 11.645/2008 que determina a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” no currículo oficial de ensino. Esta pesquisa em estado inicial objetiva entender qual o espaço e como é o tratamento dado as literaturas indígenas no livro didático da coleção *Se liga na Língua*, da editora Moderna, destinado ao Ensino Fundamental, anos finais, do 6º ao 9º ano de 2024, utilizada pela rede municipal de Fortaleza. Como metodologia foi feito um estudo documental com as legislações e documentos curriculares como a Lei nº 11.645/2008 que altera a Lei 10.639/2003 e a BNCC. Também serão realizadas pesquisas de campo, através de aulas-oficina e questionários com estudantes e professores (as) da educação básica. O trabalho se fundamenta principalmente em autores como Cosson(2016) sobre o letramento literário, nos estudos críticos da literatura indígena, a partir dos estudos de Thiél (2012). Como resultado parcial, a pesquisa aponta para o enriquecimento das reflexões sobre o letramento literário e o ensino da literatura indígena na escola.

Palavras-chave: Letramento literário, Livro didático, Literatura indígena, Lei 11645/2008, BNCC.

INTRODUÇÃO

O tratamento que a temática indígena recebe nos livros didáticos requer um olhar mais cuidadoso de como esse assunto se transforma em conteúdo a ser ensinado nas escolas para crianças e adolescentes através do livro didático. Trata-se do ensino sobre um outro povo que há séculos é silenciado ou mal interpretado com narrativas

¹Mestranda do Curso PROFLETRAS da Universidade Estadual do Ceará(Uece), missilenecardoso@yahoo.com.br;

² Professor orientador: Pós-doutora, Educação Brasileira Universidade Federal do Ceará(UFC), jaquelandia.pereira@uece.br

estereotipadas sobre suas culturas e suas crenças. Esta pesquisa, em caráter inicial, busca analisar os livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental, anos finais, da coleção “*Se liga na Língua*”, da editora Moderna, destinados ao Ensino Fundamental, anos finais, do 6º ao 9º ano de 2024, utilizados pela rede municipal de Fortaleza, dos anos finais, investigando a presença(ou ausência) e qual a abordagem das literaturas de autorias indígenas nas suas propostas metodológicas, à luz da lei 11.645/2008.

Em 8 de março de 2008, após muitas lutas e resistências travadas pelo movimento indígena brasileiro desde os anos de 1970, que se intensificaram e ganharam mais força com a Constituição de 1988, promulgou-se a Lei n. 11.645/2008, alterando a Lei n. 10.639/2003, que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino básico a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” e surge no contexto, em que esses povos buscam por autoafirmação e lutam pela quebra de preconceitos e estereótipos. A Lei 11.645/2008 representa uma tentativa de reparação histórica aos povos indígenas que a partir dela, conquistam o direito à fala quebrando, aos poucos, o silenciamento e apagamento instaurados com a colonização, implementando uma discussão mais efetiva no espaço escolar, oportunizando aos indígenas falar de suas lutas, suas culturas e saberes ancestrais através de suas próprias vozes e não pela voz do outro, do colonizador, que prevaleceu por séculos ecoando estereótipos e disseminando o etnocídio. O texto da Lei 11.645/2008 traz o seguinte:

Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

Art. 1º - O Art. 26-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2008)

O que a legislação prevê é que os conteúdos programáticos da educação básica, em todos os sistemas de ensino, especialmente nas áreas de história, educação artística e literatura, incluam esses dois grupos étnicos como parte fundamental da formação da população brasileira em diversos aspectos, valorizando as tradições desses povos., social, político, econômico e cultural.

Com a promulgação da lei 11.645/2008, a educação brasileira se viu diante de um difícil desafio: modificar seus currículos, torná-los mais dialógicos, ampliando sua diversidade cultural e racial, alterar também seus documentos norteadores e lançar políticas públicas para fomentar a valorização da riqueza e da contribuição dos povos originários nas áreas social, econômica e política na História nacional, para melhor compreendermos suas culturas, e seus saberes ancestrais. Dentro desse contexto, mais posteriormente, em 2017 é lançado um novo documento oficial da educação básica: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 20 de dezembro. Esse documento, de caráter prescritivo, traz as aprendizagens básicas do currículo, organizadas em campos de atuação, competências e habilidades, com a proposta base de incluir temáticas como pluralidade, multiculturalidade, questões étnicas, conforme nos é explicitado na sua competência 9, quando ela nos fala em valorizar da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017). Nesse cenário, temos alterações no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que precisava se ajustar a todos esses documentos legais, propiciando-nos reflexões sobre a maneira de tratar todas essas questões em sala de aula. O processo de escolha desses livros se dá através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD , que é o responsável pela compra e distribuição desse material didático para a toda a Educação Básica.

Nessa perspectiva, nosso objetivo é verificar se na referida coleção, ao se adequar ao PNLD 2024, uma vez que foi aprovada, há a presença da literatura indígena e se sua abordagem contribui para a efetivação da Lei 11.645/08, com vistas a propor uma sequência de oficinas, organizadas em torno de obras literárias escritas por indígenas, para uma turma de sexto ano do ensino fundamental, em uma escola pública municipal de Fortaleza. Sabendo da relevância do livro didático na sala de aula, é muito importante fazer esse imbricamento entre a lei 11.645/08, as literaturas indígenas e o livro didático de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental. O tema em discussão envolve questões complexas, das quais se sobressaem o ensino de literatura no Brasil, o letramento literário, a invisibilidade da temática indígena na educação

básica e o papel do professor e do livro didático no fomento a uma educação antirracista e ao acesso à literatura, que segundo Antônio Candido (2011), esse acesso deve estar no patamar de um direito humano.

AS LITERATURAS INDÍGENAS E O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Conforme Graúna (2013), a abordagem que se faz dos povos originários na história da literatura brasileira não é indígena, mas indigenista ou indianista. Segundo a autora, desde quando foi inaugurado o cenário da literatura brasileira com o que é denominado de literatura informativa, os indígenas são marginalizados e esses discursos equivocados sobre os povos indígenas vêm desde a literatura dos jesuítas, as crônicas de Pero de Magalhães Gândavo, a poesia bucólica de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão e aos romances de José de Alencar, seguidos por outros autores posteriormente.

Todas essas imagens feitas sobre os indígenas corroboram para a disseminação de preconceitos a esses povos até os dias atuais. Graúna (2013) afirma que esses estereótipos estiveram presentes em todos os períodos da literatura brasileira, passando pelo desprezo da “boca do inferno” ao mestiço no Barroco, e a visão de um indígena exaltador do colonizador no arcadismo e no romantismo de Alencar até a figura de Macunaíma no Modernismo. Diante desse cenário da participação marginalizada dos indígenas na história da literatura brasileira, Thiel (2012) nos alerta para o cuidado ao buscar textos da literatura indígena, em que é muito comum o leitor confundir textos que parecem pertencer à tradição literária indígena, mas, na verdade, pertencem às tradições europeias. Muitas obras que utilizam palavras referentes aos indígenas não são propriamente obras indígenas e estão voltadas para a reprodução do imaginário ocidental sobre o universo indígena. Thiel nos esclarece que essas obras são indigenistas ou indianistas. A autora define a literatura indigenista como aquela que é produzida sob uma visão ocidental, escrita ou traduzida por um não indígena. Nessas obras, a finalidade é trazer informações sobre um universo alheio ao não indígena, em que o mundo indígena é o tema e o indígena é apenas o informante, mas não agente da narrativa. Já sobre os romances indianistas, Thiel nos traz a seguinte reflexão:

Os romances indianistas partem de matéria-prima local para constituir tempo, espaço e homem míticos, com o propósito de construir a gênese de uma nação em um momento de

afirmação cultural. Um perfil heroico é traçado para o índio, o *bom selvagem* que vive em comunhão com a natureza e até mesmo com o colonizador. Este é o caso de Peri, personagem de *O Guarani* (1857), de José de Alencar. Nessa obra, especificamente, apesar da ênfase e temas nacionais, o discurso mantém convenções sociais e valores que demonstram adesão à ideologia colonizadora europeia. (THIÉL, 2012, p.44)

Essa visão exótica e romantizada do bom selvagem só se aplica àquele indígena dócil, que se curva aos caprichos do colonizador. Bosi (1988) em um capítulo intitulado o mito sacrificial de Alencar, nos mostra que na mesma obra em que temos Peri com toda essa idealização do bom selvagem, temos algumas descrições dos indígenas muito semelhantes às dos cronistas dos séculos XVI, quando por exemplo, Alencar descreve os Aimorés, que eram inimigos do conquistador, estes são descritos pelos mesmos epítetos de bárbaros, horrendos, satânicos, carniceiros, sinistros, horríveis, sedentos de vingança, ferozes e diabólicos. Nessas obras indianistas, o indígena briga com seu povo para ficar do lado do colonizador. Outro exemplo citado por Bosi é o caso de Iracema, em que a jovem indígena se apaixona por Martim Soares Moreno, o colonizador do Ceará, e em nome desse amor rompe com a sua nação Tabajara, violando o segredo da jurema e no final da história temos sua morte, sacrificando sua vida para o surgimento de uma nação. Segundo Bosi, personagens como Iracema e Peri representam a submissão incondicional do índio ao branco, que é feita de corpo e alma, com sacrifícios e abandono a seu povo de origem. O autor completa ainda que o risco de sofrimento e morte é aceito sem hesitação, em total devoção ao branco como se esse fosse seu único e possível destino a ser cumprido.

Como podemos perceber, durante séculos os indígenas serviram de referências para a escrita dos brancos, narrativas estas que em muito contribuíram para a construção de visões preconceituosas em relação a esses povos. Só a partir do final do século XX, com a força do movimento indígena dos anos 70, 80, é que teremos as primeiras publicações nos anos 90 de uma literatura que podemos chamar de indígena, em que esses povos alcançaram a conquista do poder falar, de expressar sua versão sobre suas lutas, tradições e ancestralidades. Existem muitas dúvidas sobre a definição de literatura indígena e até mesmo sobre sua existência, uma vez que ela não faz parte de um cânone na nossa história literária e não é estudada ainda da forma como merece em escolas e universidades. Conforme Ytanajé Coelho Cardoso, existe uma diversidade muito grande na forma da escrita e do registro das narrativas indígenas e que por isso é preciso pensar essas literaturas sob uma visão bem ampla. Na tentativa de uma definição da literatura

indígena, o autor recorre à ideia de literatura exposta por Candido em seu ensaio *O direito à literatura*:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 2011, p.176)

Ytanajé considera que o conceito de literatura trazido por Candido contribui de certa forma para que melhor se entenda o movimento literário indígena. O autor problematiza especificamente a expressão de Antonio Candido “as criações de toque poético”:

A meu ver, o toque poético pode ser encontrado desde as escrituras mais antigas dos povos indígenas até as escrituras da atualidade. O toque poético também pode ser sentido tanto nas narrativas orais quanto nas narrativas escritas. Ocorre que o pensamento ocidental tornou a escrita, sobretudo a escrita alfabética, o modelo de expressão humana de maior prestígio, levando os povos sem escrita alfabética a serem considerados inferiores, como aconteceu com os povos indígenas do Brasil, considerados povos ágrafos, portanto povos inferiores, durante séculos de contatos. (...) Antonio Candido apresenta uma definição de literatura que considero inclusiva e que está em consonância com a realidade da literatura indígena brasileira contemporânea, pois seu entendimento abrange desde as literaturas baseadas na oralidade até as literaturas escritas, seja escrita alfabética ou não. Sob esse ponto de vista, a literatura indígena pode ser tanto as imagens surabudodot, escritas por Muraycoko, como o romance *O Karafba: uma história do pré-Brasil* (2018), de Daniel Munduruku, tanto os cânticos tradicionais do Daydo, do povo munduruku, quanto os poemas contemporâneos de Eliane Potiguara (2018) e de Márcia Kambeba (2018). Todas essas discursividades literárias têm o toque poético. (CARDOSO, 2023, p.20)

Dessa maneira, ao se tratar de literatura indígena, temos que pensar nesse mosaico de semioses que a compõem, nesse universo de multimodalidades, como aponta Thiel (2012). Numa conversa com Julie Dorrico³ (2020), no canal da plataforma *youtube*⁴ *Literatura Indígena Contemporânea*, o escritor Kaká Werá também faz referência ao toque poético das narrativas indígenas e afirma que a poética indígena não está apenas na oralidade e na escrita alfabética, ela é também representada na escrita por

³ **Trudruá Dorrico**, nascida **Julie Dorrico** ([Guajará-Mirim](#)), é uma escritora indígena brasileira, de etnia [Macuxi](#). Doutora em Teoria da Literatura pela [Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul](#) (PUCRS) e Mestre em Estudos Literários pela [Universidade Federal de Rondônia](#).

⁴ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iVNFqfTMjnk&t=3042s>.
> Acesso em: 04 ago 2024.

meio dos grafismos, os quais ele chama de “grafia-desenho”, “escrita-pintura”, “escrita-corpo”. O autor define os grafismos indígenas como uma escrita complexa, profunda em que cada desenho, traços, sequências, símbolos, bolinhas ou triângulos, têm seus significados, contam uma história e que, segundo ele, somente a poesia é capaz de traduzir, de explicar a profundidade dessas narrativas.

METODOLOGIA

CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida em uma turma de 6º ano de uma escola de Ensino Fundamental da rede pública de Fortaleza (Ceará), situada no bairro Conjunto Ceará, com o propósito de desenvolver as competências leitoras dos alunos, a fim de torná-los leitores críticos, e contribuir para a ampliação dos conhecimentos dos alunos sobre as literaturas de autoria indígena através de práticas de leitura literária com (re)contos indígenas.

Para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, o aporte metodológico será baseado, principalmente, nos estudos sobre a pesquisa-ação. A pesquisa-ação objetiva uma atividade coletiva e colaborativa que contribua para a transformação de uma realidade. Conforme Thiollent:

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo. (1985 *apud* GIL, 2008, p. 31)

Nesse sentido, ao desenvolver uma pesquisa-ação o pesquisador pretende desempenhar um papel ativo na realidade observada, pois além de identificar um problema em determinado contexto, serão desenvolvidas ações interventivas com a finalidade de promover mudanças significativas em relação à realidade apresentada. Justifica-se assim essa metodologia, pois ao observarmos um constante desinteresse dos alunos pela leitura literária e a ausência de um trabalho sistematizado de leitura com as

literaturas indígenas em sala de aula, propomos uma intervenção a partir das propostas de letramento literário de Rildo Cosson (2016), com a sequência básica e os círculos de leitura (2014), destacando a importante função da mediação escolar feita pelo professor nas ações de letramento literário.

Esse estudo apresenta risco mínimo como a possibilidade de algum estudante se sentir desmotivado devido à dificuldade de compreensão leitora do material a ser trabalhado, risco de ordem social e intelectual, podendo ser que o aluno(a) se recuse a continuar participando das atividades interventivas, e assim, não avançando em suas aprendizagens. No entanto, organizamos tudo para que ele não passe por isso ao propormos atividades dinâmicas, criativas e colaborativas para que os participantes se sintam motivados a participar de todos os encontros. As oficinas de leitura literária terão carga horária de 24h/a, a serem realizadas nos meses de novembro e dezembro, nas aulas de Língua Portuguesa previstas no calendário letivo. Utilizarei o método da pesquisa - ação em que a intervenção se realizará no modo presencial, durante 6 oficinas.

DESCRIÇÃO DA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a realização do presente estudo serão feitas pesquisas documentais em que serão analisados documentos oficiais do Governo Federal e Municipal relativos ao sistema educacional brasileiro (leis, orientações curriculares, entre outros) e o acervo da biblioteca referente a obras de autorias indígenas. Outro corpus será constituído por entrevistas semi-estruturadas realizadas com professores (as) de Língua Portuguesa, da Rede Pública Municipal de fortaleza e que sejam egressos ou ainda cursando o Mestrado Profissional em Língua Portuguesa – ProfLetras e com a coordenadora do CODIN- Coordenadoria de Diversidade e Inclusão, órgão da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo fortalecimento e a institucionalização de ações antirracistas nas escolas. Serão feitas também a observação e análise das práticas da proposta de intervenção com a análise das atividades desenvolvidas pelos alunos e registradas nos diários e mural de leitura.

As atividades a serem desenvolvidas na pesquisa objetivam estimular o aluno para leitura, motivando-o a interagir com o texto literário na busca da construção de sentidos, pautando-se na categoria do letramento literário. Para isso, a proposta de intervenção será desenvolvida a partir da leitura de obras literárias de autorias indígenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da Lei 11. 645/2008 ter trazido algumas conquistas para a população indígena no tocante à obrigatoriedade do estudo de sua história e cultura no currículo da educação básica, reconhecemos ainda alguns desafios para a sua efetivação. O objetivo deste trabalho, ao analisar coleção de livros didáticos “Se Liga na Língua”, foi refletir sobre as relações estabelecidas entre o livro didático, a literatura indígena e a Lei 11. 645/2008. Na pesquisa que está em processo inicial, podemos perceber que ainda há o apagamento da história, da literatura e das culturas dos povos indígenas. Como resultado parcial, a pesquisa contribui para as reflexões sobre a temática indígena em sala de aula e contribuir também para uma educação antirracista e étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos demonstrar a importância que a literatura indígena pode trazer ao ser trabalhada em sala de aula. O papel da escola, como instituição formal, é criar oportunidade para que os alunos tenham contato com a diversidade de manifestações culturais, contribuindo assim, para a formação de um aluno crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017
- BRASIL. **Guia Digital do PNLD 2024**. Brasília: MEC, 2024.
- BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2023.

CANAL LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA. **A literatura indígena de Kaká Werá.** Julie Dorrico recebe Kaká Werá Jecupé e debatem sobre sua obra e a importância da literatura indígena. Youtube, 4 de maio de 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iVNFqfTMjnk&t=3042s>. > Acesso em: 04 ago 2024

CANDIDO Antonio. **O direito à literatura.** In: Vários escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COSSON, Rildo.. **Letramento literário: teoria e prática.**2. Ed., 6ª impressão. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Letramento Literário: uma localização necessária.** *Letras & Letras*, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 173-187, jun. 2015. ISSN 1981-5239. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/281334447_Letramento_Literario_uma_localizacao_necessaria >, Acesso em: 04 Jul. 2024

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

ORMUNDO, Wilton. SINISCALCHI, Cristiane. **Liga na Língua: Leitura, Produção de texto e Linguagem.** 3ª Edição. São Paulo: Moderna, 2022. 6º ano.

ORMUNDO, Wilton. SINISCALCHI, Cristiane. **Liga na Língua: Leitura, Produção de texto e Linguagem.** 3ª Edição. São Paulo: Moderna, 2022. 7º ano.

ORMUNDO, Wilton. SINISCALCHI, Cristiane. **Liga na Língua: Leitura, Produção de texto e Linguagem.** 3ª Edição. São Paulo: Moderna, 2022. 8º ano.

ORMUNDO, Wilton. SINISCALCHI, Cristiane. **Liga na Língua: Leitura, Produção de texto e Linguagem.** 3ª Edição. São Paulo: Moderna, 2022. 9º ano.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. **Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola.** In: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tânia M. K. (orgs). *Escola e leitura: Velha crise, novas alternativas.* São Paulo: Global Editora, 2009.

SOUZA, Renata Junqueira; COSSON, Rildo. **Letramento literário: uma proposta para a sala de aula.** São José do Rio Preto: **Objetos educacionais do acervo digital da Unesp:** 2011. Disponível em: < <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf>>. Acesso em: 05 jul 2024.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.